



IV SEMINÁRIO INTERNO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA SOCIAL DA POLÍTICA CADERNO DE RESUMOS

Sumário

1. MULHERES, INTELECTUALIDADE E TRABALHO	4
1.1 “NÃO ARRIPIAREMOS NA CARREIRA ENCETADA”: VIOLANTE DE BIVAR E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA JORNALISTA NO BRASIL DO SÉCULO XIX.	4
1.2 “COSTURA É OFÍCIO DE MULHER”: MODA E TRABALHO FEMININO (RIO DE JANEIRO, 1830-1840)	5
1.3 DAS LIVRARIAS E DOS LIVREIROS: OBRAS DE MADAME DE STAËL PRESENTES NOS CATÁLOGOS DAS LIVRARIAS CARIOCAS DURANTE O SEGUNDO REINADO.	6
1.4 “APRECIADORAS DAS NOSSAS LETRAS”: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MULHERES NO PERIÓDICO <i>PACOTILHA</i> (1880 – 1909).....	7
1.5 ELAS POR ELA: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ESCRITOS DE EMMA GOLDMAN	8
2 REPRESENTAÇÃO, CULTURA VISUAL E POLÍTICA	9
2.1 A QUESTÃO CHRISTIE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS ILUSTRADOS DO RIO DE JANEIRO (1863-1865).....	9
2.2 REPRESENTAÇÕES DAS NAÇÕES AMERICANAS NA <i>REVISTA ILLUSTRADA</i> , 1876- 1898: PESQUISA E RESULTADOS PRELIMINARES	10
2.3 GÊNERO, VIOLÊNCIA E COLONIALIDADE NA ARTE BRASILEIRA	11
2.4 UMA BATALHA ENTRE LINGUAGENS: A GUERRA DA CISPLATINA SEGUNDO JOSÉ DA SILVA LISBOA E JOÃO MARIA DA COSTA (RIO DE JANEIRO, 1825-1826)	12
3. CULTURA POLÍTICA, SOCIABILIDADE E RELIGIOSIDADES	13
3.1 NEGOCIANTES E IMPRESSOS: IMPRENSA MODERADA ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (1827-1832).....	13
3.2 SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO – O CASO DE HIPÓLITO DA COSTA.	14
3.3 MARIA GRAHAM NO BRASIL: A REDE DE ALIANÇAS DA VIAJANTE INGLESA (1821-1824)	15
3.4 VER (OU LER) PARA CRER: CARTOMANTES, PUBLICIDADE E IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO (1860-1879).....	16
3.5 EMBATES SOBRE O “CASAMENTO MISTO” EM PERIÓDICOS EVANGÉLICOS OITOCENTISTAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CHILE	17
4. ELITES, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES	18

4.1 “UMA DAS PRIMEIRAS E MAIS NOTÁVEIS FAMÍLIAS DE MINAS”: UM ESTUDO DOS MONTEIRO DE BARROS	18
4.2 DO RECÔNCAVO BAIANO À CORTE: A TRILHA DE MÃO DUPLA ATRAVÉS DO TRAJETO DE MIGUEL CALMON DU PIN ALMEIDA.....	19
4.3 JUÍZES LEIGOS E A RESPONSABILIDADE NO BRASIL IMPERIAL (MINAS GERAIS, 1827-1834).....	20
4.4 ELEIÇÕES LOCAIS: LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PRÁTICAS ELEITORAIS (1825-1829).....	21
4.5 O DILEMA DA INGENUIDADE: DEBATES ACERCA DA CONDIÇÃO CIVIL DOS FILHOS DE VENTRE LIVRE.....	22

1. MULHERES, INTELLECTUALIDADE E TRABALHO

1.1 “NÃO ARRIPIAREMOS NA CARREIRA ENCETADA”: VIOLANTE DE BIVAR E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA JORNALISTA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

*Cristiane Ribeiro*¹

Até meados da década de 1970/1980, a imprensa brasileira buscou repetidamente rememorar a personagem nascida em 1 de dezembro de 1817 na Bahia e com óbito em 25 de maio de 1875 no Rio de Janeiro, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, como a primeira jornalista brasileira. O seu nome também interessou literatos como Joaquim Manuel de Macedo, Sacramento Blake, Inocêncio Francisco da Silva e Barros Vidal, todos trazendo sua carreira jornalística à tona. Caracterizada como uma senhora de “lídimas virtudes e fina educação intelectual”, a sua trajetória foi contada a partir do seu empreendimento de encabeçar, ao lado da argentina Joana Paula Manso de Noronha, *O Jornal das Senhoras*, considerado o primeiro periódico a ser redigido por mulheres no Brasil, em 1852 e, seguido a ele, em 1873, *O Domingo*, outro jornal com incipientes aspirações feministas que tinha como propósito incentivar o desenvolvimento intelectual das faculdades femininas e o acesso a espaços como o universo do trabalho. A jornalista em questão também foi a única mulher sócia honorária do Conservatório Dramático Brasileiro, atuando como censora de diversas peças literárias que foram submetidas a avaliação para apresentação nos teatros brasileiros. Tais constatações fomentam o objetivo desta comunicação, que busca, a partir da trajetória dessa jornalista tão notável para o contexto de meados do século XIX, traçar a gênese do processo de inserção e profissionalização de mulheres intelectuais no jornalismo brasileiro, buscando responder questões como: Qual teria sido o seu papel nesse processo? Quais as principais transformações que ocorreram com o passar das décadas no Oitocentos? Quais os meios que essas intelectuais utilizaram para permanecer nesse universo? Com quem negociavam? Essas são algumas das questões que norteiam nossa pesquisa e que

¹ Licenciada e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com

examinaremos a partir da análise de fontes impressas e manuscritas do contexto em questão.

Palavras-chave: Violante, Mulheres Jornalistas, Profissionalização.

1.2 “COSTURA É OFÍCIO DE MULHER”: MODA E TRABALHO FEMININO (RIO DE JANEIRO, 1830-1840)

Laura Junqueira de Mello Reis²

Em 1836 o jornal *A Mulher do Simplicio* publicou, na sessão de modas, um artigo sobre os trabalhos femininos concernentes ao universo das costuras. Tal texto afirmava: “Vosso negócio, é a agulha/ Dedal, linha e bastidor/ Fora disso, uns agradinhos/ Ou então trocas de amor.”³ O autor, apesar do caráter pejorativo do texto, apresentara a realidade dos trabalhos tangentes a moda no Brasil do século XIX; de fato, muitas mulheres se ocupavam com trabalhos de costuras e eles eram, com exceção da figura do alfaiate, dominados pelas mulheres. Efetivamente, se a “costura era um ofício de mulher”, conforme explicitado na folha, as mulheres souberam utilizar-se dele como forma de subsistência. Portanto, o objetivo do nosso trabalho é analisar os vínculos estabelecidos nos trabalhos referentes as modas e como esse tipo de ofício se configurou fundamental no mundo feminino, para isso usaremos de periódicos diários a fim de compreender a relação das mulheres modistas com suas respectivas costureiras. Além de utilizarmos de anúncios expostos nesses jornais para compreendermos como essas mulheres apresentavam seus trabalhos e como eram estabelecidas as relações com seus maridos – considerando que as mulheres, conforme as normas sociais e jurídicas, não poderiam ser proprietárias de seus próprios estabelecimentos comerciais e, nesse sentido, necessitavam da figura masculina -. O recorte temporal abarca a década de 1830/40, período em que encontramos essas espécies de anúncios na imprensa carioca, logo o espaço a ser analisado trata-se da capital do Império, o Rio de Janeiro. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa é referente a história social do trabalho, no momento em que pretendemos estabelecer as relações de sociabilidade entre essas mulheres trabalhadoras

²Graduada e mestre em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutoranda em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes. E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

³*A Mulher do Simplicio*, Rio de Janeiro, ed48, 21 de junho de 1836.

e compreender tais ofícios como cruciais para o entendimento de uma emancipação feminina financeira para algumas dessas *sujeitas*.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho; Moda; Século XIX.

1.3 DAS LIVRARIAS E DOS LIVREIROS: OBRAS DE MADAME DE STAËL PRESENTES NOS CATÁLOGOS DAS LIVRARIAS CARIOCAS DURANTE O SEGUNDO REINADO

*Louise Salles Schaeffer*⁴

A seguinte proposta de apresentação tem como objetivo apontar e discutir alguns resultados do primeiro capítulo da minha dissertação. No capítulo, faço um mapa das principais livrarias que funcionaram durante o Segundo Reinado na cidade do Rio de Janeiro e que tinham em seu catálogo livros de Madame de Staël. Staël foi uma célebre escritora franco suíça do século XIX, que através da sua escrita transformou os campos da filosofia, história e literatura, percorrendo todo território europeu. A escritora é considerada um dos pilares do romantismo francês, assim como também foi a responsável na construção do romantismo alemão. Sua série de livros englobava assuntos como ideais do liberalismo, teoria e crítica literária, filosofia e fundamentos da literatura, política e sociedade. No entanto, suas diversas ideias saltaram do continente europeu e desembarcaram também no Brasil. De acordo com o levantamento proposto, durante o período de 1844 (data em que surge o primeiro anúncio de venda de livros de Staël nos jornais no Segundo Reinado) até 1889 (fim do período imperial) foram encontradas 16 livrarias nas páginas dos jornais. Entre as livrarias estão a de E. Mongie, Firmin Didot, Casa do Livro Azul, Livraria Portuguesa de Martin, Livraria Crèmière, Cohendoz, *Frères Garnier*, Livraria Encyclopedica de A. Fauchon, Livraria das Escolas, Livraria Luso Brasileira, Universal de E. e A. Laemmèrt, Livraria Azevedo, João Martins Ribeiro, Livraria do Império, Livraria Econômica e a Livraria do Povo. Todas essas livrarias, dentro do período analisado, tinham pelo menos uma obra da escritora em seu catálogo e esse corpus pôde ser elaborado graças aos anúncios dos jornais que circulavam nesse período como o Diário do Rio de Janeiro (1821-1878) e o Jornal do Commercio (1827-1901), ambos foram analisados a partir do site da Biblioteca Nacional, através da Hemeroteca digital.

⁴ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: lo-loal@hotmail.com

Palavras-chave: Livrarias cariocas; literatura francesa; século XIX.

1.4 “APRECIADORAS DAS NOSSAS LETRAS”: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MULHERES NO PERIÓDICO *PACOTILHA* (1880 – 1909)

*Natália Lopes de Souza*⁵

O Maranhão oitocentista conviveu com uma valorização de produções literárias, sobretudo local. Aliada a isso, a imprensa maranhense também se estruturou apoiada nesse contexto de valorização das letras. Em meio a esta conjuntura, algumas escritoras maranhenses também utilizavam da imprensa como espaço de circulação de suas obras, podemos citar como exemplo, Maria Firmina dos Reis e Maria de Azevedo Mattos. Ancorados na importância que a imprensa assumiu em São Luís, a proposta deste trabalho é pensar, tendo como pano de fundo o jornal *Pacotilha*, uma das folhas de maior publicidade e longa duração, as produções literárias de mulheres. Ou seja, refletiremos sobre quem eram estas mulheres e quais obras traziam a público, além de evidenciar como se inseriam neste espaço problematizando as possíveis relações com os redatores.

Palavras-chave: Imprensa, mulheres, produção

⁵ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Juiz de Fora. naty.lopes@hotmail.com

1.5 ELAS POR ELA: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ESCRITOS DE EMMA GOLDMAN

Nilciana Alves Martins⁶

A presente comunicação tem como objetivo principal investigar de que forma as mulheres foram representadas nos escritos da feminista libertária Emma Goldman. Nossa personagem nasceu em Kovno, em 1869, mas em 1885 emigrou para os Estados Unidos da América. Na terra prometida, Goldman trabalhou em diferentes estabelecimentos e, por volta de 1886, já estava em contato com os círculos anarquistas da época. Iniciou sua carreira de oradora pública nesse momento, devido sua ligação com o Jornal *Die Freiheit*, mas foi em 1892 que se tornou uma figura pública intensamente representada nos periódicos da época, isso por conta da sua participação na *Revolta de Homestead*. Em 1906, Goldman fundou a revista *Mother Earth* e, tal periódico, contribuiu para a criação de uma rede de sociabilidade intelectual extremamente rica. Mas além de artigos publicados em jornais da época, Goldman também escreveu alguns livros durante sua vida, entre os quais estão o “*Anarchism and Other Essays*” (1910) e o “*The Social Significance of Modern Drama*” (1914). Em virtude de sua militância pública contra o alistamento militar obrigatório, Goldman foi deportada dos EUA em 1919, chegando na Rússia nesse ano e lá permanecendo até 1921. Após sua participação no processo revolucionário russo, lançou o livro “*My Disillusionment in Russia*” (1923), no qual observamos a perspectiva de Goldman sobre a revolução e o partido comunista soviético. Já em 1931, publicou sua autobiografia, intitulada “*Living my Life*”. Em 1936, Goldman entrou em contato com o grupo *Mujeres Libres*, como também manteve constante a sua atividade de oradora e escritora pública, isso até sua morte, em 1940. A essa altura é importante frisar que mesmo diante de tão intensa produção literária, o pensamento intelectual de Goldman permaneceu negligenciado pela historiografia por muito tempo. Nesse sentido, o presente trabalho, a luz da metodologia traçada por Quentin Skinner, busca investigar o livro “*My Disillusionment in Russia*” para identificar de que forma as mulheres russas são representadas dentro da filosofia goldminiana.

Palavras-chaves: Emma Goldman; Gênero; História Intelectual.

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação da UFJF. E-mail para contato: nilcianaalves@gmail.com

2 REPRESENTAÇÃO, CULTURA VISUAL E POLÍTICA

2.1 A QUESTÃO CHRISTIE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS ILUSTRADOS DO RIO DE JANEIRO (1863-1865)

Bárbara Ferreira Fernandes⁷

Na década de 1860 Brasil e Inglaterra se envolveram em uma crise diplomática intitulada posteriormente de Questão Christie. Tal problema teve como justificativa oficial dois acontecimentos principais: o saque do navio britânico naufragado Prince of Wales e a prisão de três oficiais da embarcação inglesa Forte, no Rio de Janeiro. Esses acontecimentos, no entanto, não são suficientes para explicar os problemas entre os dois países, sabe-se que por trás do imbróglio diplomático estava a questão do tráfico de escravos e da manutenção da escravidão. Esse tema sempre esteve em pauta na relação anglo-brasileira, através, sobretudo, da pressão feita pelo país europeu para o fim da escravidão, tal pressão, trazia constantes problemas entre esses dois países. A situação se agravou em 1859, quando, William Dougal Christie, tornou-se o novo representante inglês no Rio de Janeiro se empenhando, sobremaneira, para resolver as questões do tráfico. Diante de pressões e ameaças de represálias feitas por Christie, por conta da recusa do governo brasileiro de reconhecer culpa pelos naufrágios dos navios e se retratar pela prisão dos oficiais, ocorreram tumultos na capital do Império, apontava-se que a soberania do país estava ameaçada, ocorrendo registros de intimidações ao Christie. Dom Pedro II precisou discursar à população para acalmar os ânimos e assegurar o bem da honra brasileira. Durante os anos de 1862 a 1865, principalmente, tais problemas entre Brasil e Inglaterra foram largamente discutidos e difundidos nos jornais cariocas, sobretudo, com enfoque para William Christie. Nos jornais ilustrados, são encontrados diversos desenhos alusivos a esses acontecimentos. A nossa apresentação irá analisar tais imagens com o objetivo de recriar a Questão Christie através das páginas ilustradas dos periódicos, procurando perceber a visão destes do acontecimento, focando, sobretudo, na imagem criada para o William Christie.

Palavras-chave: Questão Christie, periódicos ilustrados, diplomacia, Inglaterra

⁷ Doutoranda em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: barbaraffernandes@outlook.com

2.2 REPRESENTAÇÕES DAS NAÇÕES AMERICANAS NA REVISTA ILLUSTRADA, 1876-1898: PESQUISA E RESULTADOS PRELIMINARES

*Nadine Mendonça Bento*⁸

O trabalho apresenta uma pesquisa em que se analisa as representações das Américas na *Revista Illustrada* (1876-1898), periódico fluminense que carrega uma propaganda abolicionista nos anos próximos a abolição da escravatura e passagem para o regime republicano no Brasil. Aponta-se as metodologias utilizadas para tal pesquisa feita a partir do acesso a Hemeroteca Digital onde se encontra digitalizado o objeto, assim como uso adaptado das noções de “representações”, segundo Roger Chartier e de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson. Intentou-se verificar através desse vinculador da imprensa ilustrada do Segundo Reinado e início da Primeira República, levando em consideração as relações e discursos presentes nas representações, sejam elas em texto, iconotexto ou caricatura, o imaginário americano. Afim, portanto, de entender os possíveis ideários da revista assim como os editores (Angelo Agostini e Luiz de Andrade) bem como os outros caricaturistas que atuaram na ausência do primeiro na revista (Pereira Neto que assumiu o lugar de Agostini pós 1888), e ou escritores esporádicos, procuraram apresentar ao público brasileiro as nações americanas, seus ideais políticos e sociais além de suas relações com o Brasil. A partir daí objetivou-se analisar como essas são feitas, qual sua relação com o contexto brasileiro, quão influente se faz os ideais da revista e, se há comparações, aproximações e ou contrastes dos representados com o Brasil e qual sua finalidade. Mostrar-se-á então os primeiros resultados dessa empreitada.

Palavras-chave: Representações, imprensa ilustrada, nações americanas, identidade.

⁸ Mestranda em História (Universidade Federal de Juiz de Fora); e-mail: nadine.sv@hotmail.com.

2.3 GÊNERO, VIOLÊNCIA E COLONIALIDADE NA ARTE BRASILEIRA

Caroline Farias Alves⁹

Durante o século XIX emergem novas formas de representar o feminino. O período é marcado pela convergência de discursos produzidos e propagados pelas estruturas de poder, ciência e medicina, influenciando diferentes percepções sobre as mulheres e seus corpos. A produção artística, em diálogo com tais práticas discursivas, representa cenas de violência protagonizadas por mulheres marginalizadas, geralmente negras, indígenas ou prostitutas. Aliada ao sensacionalismo da imprensa e popularização dos *faits-divers*, encontramos uma ampla produção visual direcionada a retratar crimes bárbaros e narrativas sangrentas motivadas pelo *voyerismo* mórbido da população oitocentista. Nossa apresentação, no entanto, pretende se distanciar da análise específica dos crimes passionais e das representações onde a agressão é explicitamente manifestada. Propomos problematizar o olhar para a violência de gênero naturalizada através dos processos de colonialidade. Apesar das mudanças jurídicas que acompanharam o pós-abolição, os costumes e as imagens denunciam, através de discretos contornos, a permanência da violência sobre mulheres, negros, indígenas e pobres. Corpos femininos tornam-se espaço privilegiado para a propagação da violência, seja através do apagamento da raça pelos projetos de embranquecimento ou do abandono da prole em prol da amamentação dos filhos brancos do senhor ou patrão. Pretendemos apresentar, a partir da cultura visual, um exercício de reflexão sobre os contornos sofisticados do que Lélia Gonzalez¹⁰ descreve como a violência etnocida naturalizada no século XIX.

Palavras-chave: gênero; violência; cultura visual.

⁹ Doutoranda em História Cultural pela UNICAMP, email: carolinef.alves@hotmail.com

¹⁰ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b.

2.4 UMA BATALHA ENTRE LINGUAGENS: A GUERRA DA CISPLATINA SEGUNDO JOSÉ DA SILVA LISBOA E JOÃO MARIA DA COSTA (RIO DE JANEIRO, 1825-1826)

*Fabiula Paulo de Freitas Manhães*¹¹

A Guerra da Cisplatina, conflito envolvendo o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1825 e 1828, provocou impactos de monta sobre as bases político-institucionais e econômicas de ambos os beligerantes. Algumas das razões para a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, são, inclusive, associadas às drásticas consequências que a empresa militar acarretou para o Brasil. As repercussões desse conflito, todavia, extrapolaram os mencionados âmbitos, ecoando fortemente pelos espaços públicos. No transcorrer do embate diferentes atores históricos dedicaram-se a emitir opiniões, forjar argumentos de defesa e, eventualmente, críticas ao tenso cenário vivenciado. Esta comunicação objetiva apresentar e analisar os posicionamentos de dois sujeitos que elegeram a imprensa periódica como veículo de publicização de suas percepções acerca da Guerra. Eram tais indivíduos José da Silva Lisboa, redator do periódico *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, e João Maria da Costa, cujas ideias estão impressas no polêmico *Atalaia da Liberdade*. Esses jornais, publicados na Corte fluminense, embora se inclinassem para a defesa do conflito, alicerçaram suas linguagens sobre bases argumentativas muito divergentes, principalmente no que toca ao problema da legitimidade da pugna. Buscaremos, portanto, compreender quais eram seus fundamentos discursivos e de quais maneiras se distanciavam, elucidando as multifaces do debate impresso que emergiu no Rio de Janeiro no contexto da Guerra da Cisplatina.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina; Imprensa; Linguagens Políticas.

¹¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: fabiuila.freitas99@gmail.com.

3. CULTURA POLÍTICA, SOCIABILIDADE E RELIGIOSIDADES

3.1 NEGOCIANTES E IMPRESSOS: IMPRENSA MODERADA ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO (1827-1832)

*Raphael Guilherme Santorio Silva*¹²

A presente comunicação tem como objetivo a análise da rede de sociabilidade constituída por agentes envolvidos na publicação de impressos políticos no fim do Primeiro Reinado. O impressos são de linha editorial liberal moderada e tiveram atuação política destacada, principalmente por sua oposição a d. Pedro I, no período em que estiveram em circulação, são eles: *Aurora Fluminense* e *Astréa* (ambos do Rio de Janeiro), o *Astro de Minas* (São João del-Rei) e o *Universal* (Ouro Preto). Os jornais são compreendidos como produtos culturais, que viabilizam a integração territorial e rompem com as barreiras geográficas e tecnológicas presentes no contexto do Brasil no início do século XIX. São, também, concebidos como importantes ferramentas de ação e ascensão política para os redatores e distribuidores, que desempenhavam atividades primárias — como negociantes e pequenos proprietários — ligadas ao comércio de abastecimento que interligava a Província de Minas Gerais e a Corte. Nos deteremos, aqui, nos agentes envolvidos na distribuição das folhas e em seus vínculos com os responsáveis pelas publicações moderados entre as regiões. Centraremos nosso foco na figura do negociante e proprietário Baptista Caetano de Almeida, responsável pela fundação do periódico *Astro de Minas*, bem como na sua rede de distribuição, que reunia negociantes estabelecidos em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, com estreitos laços com redatores dos jornais dessas localidades. A hipótese é de que tal rede foi fundamental não apenas para a circulação do jornal são-joanense, mas também para a difusão das outras três folhas entre as regiões.

Palavras-chave: Imprensa; Sociabilidade impressa; Circulação impressa; Primeiro Reinado.

¹² Mestrando - PPGHIS/UFJF. E-mail: RaphaelGSS7@Gmail.com.

3.2 SOCIABILIDADE MAÇÔNICA NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO – O CASO DE HIPÓLITO DA COSTA.

Ana Clara Atanazio Cunha¹³

O presente trabalho aborda a sociabilidade maçônica e a expansão da cultura das Luzes no mundo luso-brasileiro através do enfoque dado a um personagem, o jornalista Hipólito da Costa. Sua biografia é rica e complexa quando analisada sob a sua face de homem público. Após uma importante viagem aos Estados Unidos da América, sua atuação em prol da maçonaria portuguesa intensificou-se fortemente a ponto de representar seus irmãos junto a Grande Loja Inglesa pedindo a proteção da mesma para a criação de uma Grande Loja de Portugal. Ao retornar dessa viagem foi preso pela Intendência geral de Polícia e posteriormente pela Inquisição. Foram priorizados os momentos biográficos que sinalizam mais fortemente seu envolvimento com a maçonaria. Refiro-me aos motivos alegados para a sua prisão, mas além disso, para a importância dos irmãos maçons depois que ele fugiu da cadeia - os abrigos e esconderijos e os apelos de amigos junto a D. João para alcançar o perdão. Ele contou com uma rede de contatos bem importante. Sendo assim, é possível abordar o caso em específico ligando-o de forma mais ampla e genérica às características, evidenciadas pela historiografia, próprias da sociabilidade maçônica. Objetiva-se compreender as motivações dos homens desse período para o ingresso em uma sociedade secreta condenada pelas leis da Igreja, operando a partir de conceitos chaves dentro do campo teórico da história política, como “sociabilidade” e “cultura política”.

Palavras-chave: Hipólito da Costa; sociabilidade maçônica; ilustração.

¹³ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
E mail: clarinha.atanazio@gmail.com

3.3 MARIA GRAHAM NO BRASIL: A REDE DE ALIANÇAS DA VIAJANTE INGLESA (1821-1824)

*Flaviana Aparecida da Silva*¹⁴

Maria Dundas Graham nasceu na Inglaterra em 1785, e, como filha e esposa de integrantes da Marinha Britânica, viajou para a Índia, Itália, Brasil e Chile. Além de viajante, a inglesa era escritora, desenhista e também atuava como naturalista. Durante sua viagem ao Brasil, visitou Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Foi para o Chile, e, durante o percurso, seu marido Thomas Graham faleceu. Chegou às terras chilenas na condição de viúva, e retornou ao Brasil um ano depois, acompanhada de Lord Cochrane. Nesse momento, se aproximou da Família Imperial e chegou a ser professora da princesa Maria da Glória. No período de estadia no Brasil, Maria Graham publicou um livro de viagem, e, dez anos depois, escreveu um esboço biográfico de D. Pedro I. Muito do que foi escrito refere-se aos espaços pelos quais a viajante transitava, como por exemplo, o ambiente público. Todavia, existem discussões que abordam o privado e o doméstico das casas brasileiras. O objetivo do presente trabalho é compreender a rede de alianças construída por Maria Graham durante sua estadia em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, bem como os usos promovidos dessas alianças pela viajante, sejam para cumprir determinados objetivos, ou pela sua sobrevivência no império. Utilizaremos como fontes as obras “Esboço biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo” e o “Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823”, ambas traduzidas e publicadas pela Biblioteca Nacional. Através dos seus relatos, é possível perceber a importância das relações promovidas com os líderes políticos das províncias, para defender os interesses britânicos, participar das reuniões políticas, festas sociais, e, principalmente no momento ao qual ficou viúva, foi uma rede fundamental para sua permanência no território.

Palavras-chave: Maria Graham; Diário de viagem; Alianças políticas.

¹⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: flavianaaps@hotmail.com

3.4 VER (OU LER) PARA CRER: CARTOMANTES, PUBLICIDADE E IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO (1860-1879)

*Kathleen de Oliveira Maia*¹⁵

Em 1861, um cronista comenta no *Folhetim do Jornal do Commercio*, em tom irônico, que tem observado na imprensa o desenvolvimento de uma “nova e *innocente* indústria na Cidade do Rio de Janeiro”, sendo esta a da “cartomancia e *buena dicha*”¹⁶. Buscando adentrar nos mistérios desta “nova indústria”, a presente comunicação tem como objetivo analisar as publicidades mobilizadas por dois cartomantes atuantes no Rio de Janeiro, identificados como Hilda e Saviour, em jornais de ampla circulação na Corte durante as décadas de 1860 e 1870. Mais do que investigar somente os mecanismos desenvolvidos por esses dois praticantes da cartomancia no que tange à divulgação dos seus serviços, buscamos também observar como seus anúncios, em alguma medida, se aproximam e diferenciam das publicidades de outros cartomantes da Corte, uma vez que recorrem a estratégias “peculiares” para atrair consulentes. A análise dos anúncios permitiu também aferir algumas dinâmicas relacionadas às sociabilidades, espaços e representações traçadas pelos cartomantes cariocas no período estudado. Como fontes para este estudo, foram utilizados exemplares dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Correio Mercantil*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que circularam entre os anos de 1860 e 1879. Além de anúncios, foram investigadas nas páginas dos jornais algumas edições do folhetim *Cartas de um caipira*, publicado pelo *Jornal do Commercio*.

Palavras-chave: Cartomancia. Imprensa. Rio de Janeiro. Século XIX

¹⁵ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP). E-mail: kathleenomaia@gmail.com

¹⁶ *Jornal do Commercio*, 1861, Ed.277, p.1.

3.5 EMBATES SOBRE O “CASAMENTO MISTO” EM PERIÓDICOS EVANGÉLICOS OITOCENTISTAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CHILE

*Jorge William Falcão Junior*¹⁷

Antes da Guerra Civil Americana (1862-1865), o Império do Brasil e a República do Chile receberam missionários da região norte dos Estados Unidos. Em 1859, a Igreja Presbiteriana enviou ao Brasil, através da *Board of Foreign Missions*, o missionário Ashbel Green Simonton. Posteriormente, em 1873 a mesma agência missionária acolheu o missionário David Trumbull, que atuava no Chile desde 1845. Apesar da frequente divisão entre “protestantismo de missão” e “protestantismo de imigração” enfatizar a atuação missionária em detrimento da experiência enquanto ser imigrante, os missionários estadunidenses iniciaram as suas atividades nas colônias de imigração inglesas, alemãs e estadunidenses. Portanto, conviveram cotidianamente com os problemas jurídicos enfrentados pelos imigrantes, dentre os quais destacamos a questão do “casamento misto” - assim denominada a união entre pessoas de religiões diferentes - presente na vida de estrangeiros e nacionais, haja vista a repercussão em conflitos em instituições políticas e em calorosos debates na imprensa. Considerando a questão do “casamento misto”, presente nos periódicos fundados por missionários enviados e mantidos pela *Board of Foreign Missions*, e a partir de uma perspectiva comparativa, nos propomos a analisar: as tensões sociais decorrentes do encontro cultural e religioso entre imigrantes e nacionais no Brasil e no Chile; e os embates decorrentes dos discursos protestantes sobre a instituição do casamento civil nas nações católicas.

Palavras-chave: Casamento Civil; Periódicos Evangélicos; David Trumbull; Ashbel Green Simonton.

¹⁷ Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
E-mail: williamfalcaojr@gmail.com

4. ELITES, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES

4.1 “UMA DAS PRIMEIRAS E MAIS NOTÁVEIS FAMÍLIAS DE MINAS”: UM ESTUDO DOS MONTEIRO DE BARROS

*Pedro de Almeida Freitas Soares*¹⁸

O presente trabalho tem como objetivo apontar a formação da família Monteiro de Barros, através da união de matrimônios de membros da mesma com outras famílias importantes de Minas Gerais durante o século XIX. A família teve início ainda no século XVIII quando o patriarca migrou para a comarca do Rio das Mortes vindo de Portugal. Após se casar, com uma filha de um rico comerciante da região, Manuel José Monteiro de Barros ingressou na elite setecentista e, dessa maneira, conseguiu fazer sua primeira rede de contatos. Além dessas informações, iremos explicar, mais detalhadamente, seu surgimento e consolidação como um dos grupos de elite do Império do Brasil, percebendo como se perpetuaram durante todo o período imperial. A partir das ligações parentais, iremos discutir a inserção dos personagens na política e administração da província, localizando-os em relação a posicionamento e a formação de grupos políticos. Destacaremos Francisco de Paula Monteiro de Barros, levando em consideração sua formação como bacharel em direito por Coimbra concluído em 1820, e, depois como Juiz de Fora na Província mineira. Para mais, analisaremos os casos problemáticos em que se envolvem em função dos cargos ocupados. Para isso, utilizaremos dos jornais do período, sobretudo *O Astro de Minas*.

Palavras-chave: Família; elite; Minas Gerais.

¹⁸ Mestrando em História pela UFJF. E-mail: psoares832@gmail.com.

4.2 DO RECÔNCAVO BAIANO À CORTE: A TRILHA DE MÃO DUPLA ATRAVÉS DO TRAJETO DE MIGUEL CALMON DU PIN ALMEIDA.

*Guilherme Guimarães Martins*¹⁹

Em julho de 1822, quando Miguel Calmon du Pin Almeida, até então delegado de Santo Amaro, chega a Cachoeira e se apresenta para organizar a formação de um conselho diretor da província em substituição a Junta de Governo, a cidade de Salvador já estava sob o comando militar de Madeira Melo, comandante enviado pelos portugueses constitucionalistas.²⁰ A partir desse Conselho, foi criada a Comissão da administração da Caixa Militar, que em 6 de setembro mudaria para Conselho Interino de Governo da Província da Bahia.²¹ O futuro Marques de Abrantes foi eleito o primeiro secretário do Conselho. Esses foram os seus primeiros passos na vida política, meses depois de retornar ao país, após concluir o curso de Direito em Coimbra. Passados os conflitos na Bahia e a proclamação da Independência, Miguel Calmon foi eleito como o representante da província para compor uma das cadeiras da Assembleia Constituinte de 1823. Inicia-se assim, a trajetória política de Miguel Calmon na Corte, que logo assumiria os mais variados cargos políticos no Império. A rápida ascensão de Miguel Calmon na vida pública regional e nacional, nos leva a crer que ele representou uma importante peça no jogo de interesses dos grandes proprietários da Bahia com a Corte, nesse momento de construção do Estado Nacional.²² Segundo Maria Fernanda Martins, as elites que assumiram os cargos superiores do governo imperial mantiveram-se fortemente vinculadas às suas origens e às bases locais que sediavam suas redes familiares e clientelares, o que denota uma conexão com a própria política provincial.²³ O trabalho que aqui se apresenta propõe analisar como a província da Bahia, que desde o seu início recusava tanto Madeira Melo, quanto o general Labatut,²⁴ se articulava com o poder

¹⁹ Doutorando pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: gguimaraes06@yahoo.com.br

²⁰ MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1922.

²¹ Esse órgão tinha como atribuições administrar e defender militarmente a província baiana, dos ataques militares das tropas portuguesas.

²² CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – IFCS/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

²⁴ Para alguns historiadores, a exemplo Marcia Regina Berbel, esse interesse pela autonomia provincial, demonstra a ideia do federalismo dos representantes baianos. Ver: BERBEL, Marcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

central, canalizando os olhares para atuação de Miguel Calmon du Pin Almeida que reforçava essa conexão Corte e província.

Palavras-chaves: Província, Corte, Estado, Miguel Calmon du pin Almeida.

4.3 JUÍZES LEIGOS E A RESPONSABILIDADE NO BRASIL IMPERIAL (MINAS GERAIS, 1827-1834)

*Eduardo da Silva Júnior*²⁵

Os primeiros anos de vida independente do Brasil foram marcados por intensos debates políticos que buscaram definir a formatação do Estado. Logo, a necessidade de se repensar o aparelho judiciário ganhou a atenção dos legisladores do período. Tais debates cancelaram a participação “popular” na administração da justiça e uma progressiva descentralização da mesma. Isso deu forma a um ordenamento jurídico marcado por cargos que dispensavam formação em direito para seu exercício e (ou) de escolha pela via eleitoral. No que se refere aos juízes de paz, foram delegadas parcelas significativas de poderes para policiamento, conservação da tranquilidade pública e punição dos crimes nas localidades. As amplas atribuições concedidas a estes juízes não vieram desacompanhadas de preocupações com a forma como os mesmos desempenhariam suas funções; ou mesmo, com a tensão que permeava a confluência da pessoa pública (fonte da jurisdição) e a pessoa privada que residiam em todos os magistrados - o que poderia fazer a ação dos mesmos privilegiar aos interesses particulares em detrimento do bom exercício do cargo. Diante desse quadro a responsabilidade dos juízes, ou seja, a obrigação de responder criminalmente pelas decisões tomadas no exercício do cargo, tornou-se questão de suma importância. É justamente sobre esta questão que a presente comunicação pretende tecer algumas reflexões, ao buscar compreender o papel que ações de responsabilidade assumiam no andamento do judiciário oitocentista. Para tanto, iremos entrecruzar a análise das atas da reunião do Conselho de Governo de Minas Gerais, legislações do período e listas nominativas. Partimos do princípio que a categoria responsabilidade é central para compreensão da experiência do século XIX com a magistratura leiga. Esse exercício possibilitará obtermos uma melhor compreensão do universo jurídico oitocentista e de suas práticas.

²⁵ Doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: eduhisufjf@gmail.com.

Palavras-chave: Responsabilidade; Juízes Leigos; Juízes de Paz.

4.4 ELEIÇÕES LOCAIS: LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PRÁTICAS ELEITORAIS (1825-1829)

*Érica da Cruz Rosa*²⁶

Após o processo de independência, em 1822, a constituição outorgada, em 1824, por d. Pedro estabeleceu os fundamentos da organização do Estado e da nação com a instalação de uma monarquia constitucional representativa com a divisão em quatro poderes: Executivo; Legislativo; Judiciário e Moderador, este último exercido exclusivamente pelo monarca, e ponto de muitas críticas nos primeiros anos do Império e ao longo da sua existência. Além disso, a organização desse novo Estado nascente se pautou também na instalação de instituições provinciais como o Conselho de Governo, criado pelo decreto de 20 de outubro de 1823, que atuava juntamente ao lado do presidente da província. Cabe lembrar que apesar da constituição ter sido outorgada em 1824 por d. Pedro, após os acontecimentos em torno do fechamento da Assembleia Constituinte no ano anterior, coube ao parlamento, dentro dos princípios do constitucionalismo moderno, aprovar leis regulamentares para colocar em funcionamento o que estava disposto na constituição. Entre essas leis estava a lei de 1º de outubro de 1828, responsável por dar nova forma às câmaras municipais, dispendo sobre suas atribuições e o processo para a sua eleição e a dos juízes de paz. Nesse sentido, essa comunicação tem como objetivo abordar as práticas eleitorais presentes, no âmbito das instituições locais, na província de Minas Gerais, quanto às dúvidas e esclarecimentos da Lei nesses primeiros anos do Império, no recorte temporal de 1825-1829, levados ao conhecimento do Presidente em Conselho. Para isso recorreremos ao cruzamento da documentação recebida pelo presidente da província; da legislação e dos casos mencionados na imprensa.

Palavras-chave: eleições; constitucionalismo; práticas eleitorais.

²⁶ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. E-mail: erica.dcr@gmail.com

4.5 O DILEMA DA INGENUIDADE: DEBATES ACERCA DA CONDIÇÃO CIVIL DOS FILHOS DE VENTRE LIVRE

*Thomaz Santos Leite*²⁷

A Lei do Ventre Livre, por representar um grande passo dado para o fim da escravidão no país, tornou-se um marco na História Política do Brasil. A análise da sua trajetória nos permite entrar em contato com diversos dilemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais, enfrentados pelos brasileiros do período. Com isso em mente, o presente trabalho busca apresentar a discussão a respeito da condição civil dos frutos do ventre livre, mais especificamente sobre onde eles se encaixariam na categoria civil, tendo em vista a controvérsia entre nascer de um ventre escravo e não poder ser livre, e nascer já livre e, portanto, não poder ser considerado liberto. Partindo dos debates ocorridos no Conselho de Estado, Câmara dos Deputados e Senado Imperial, entre 1867 e 1871, vamos apresentar como os políticos cogitaram a possibilidade do uso da categoria jurídica “ingênuo” como uma maneira de desviar do dilema acerca da condição civil dos filhos de ventre livre, e que tipo de repercussão poderia ser gerada na esfera legal. Elencamos, durante esses processos, nove projetos de lei, que, em geral, tinham o mesmo objetivo, qual seja, o de dar andamento na questão do elemento servil no Império. Nesse sentido, analisaremos se e como a categoria “ingênuo” esteve presente em cada um dos projetos, procurando evidenciar o que isso representou para a aplicação da lei, além de perceber e discutir se, ao fim, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, o termo continuou sendo utilizado ou se desapareceu. Por fim, apresentaremos outra categoria, a “Livres por Lei”, que, ao nosso ver, substituiu juridicamente “ingênuo” e agrega os diversos tipos de liberdade por lei durante o século XIX.

Palavras-chave: Ingenuidade; Direito Civil; Lei do Ventre Livre

²⁷ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Email: Thomazsantos2@gmail.com